



=(Unidade-Disciplina-Trabalho)=

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Direcção de Contabilidade Pública

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

II TRIMESTRE DE 2019

Julho-2019

## **Relatório de Execução Orçamental**

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de execução Orçamental disponível até 30 Junho.

Disponível *on-line* em: [www.financas.gov.st](http://www.financas.gov.st)



Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul  
Direcção de Contabilidade Pública

### **Contributos:**

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção do Impostos

Direcção das Alfandegas

## Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Quadros.....	ii
Índice de Gráficos .....	ii
Lista de Siglas e Acrónimos.....	iii
Apresentação.....	1
Apreciação Global.....	2
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL.....	5
I.1.1. Receitas Efectivas.....	5
I.1.2. Receitas Correntes .....	6
I.1.2.1. Receitas Fiscais .....	7
I.1.2.2. Receitas não Fiscais.....	14
I.1.3. Donativos.....	16
I.1.4. Despesas Efectivas .....	17
I.1.5. Despesas Primárias .....	18
I.1.6. Despesas de Funcionamento .....	18
I.1.7. Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	21
I.1.8. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	23
I.2. Principais Saldos Orçamentais .....	25
I.2.1. Saldo Corrente.....	25
I.2.2. Saldo Primário .....	25
I.2.3. Saldo Global.....	25
I.3. Financiamento do Défice Global.....	26
I.3.1. Financiamento Interno.....	26
I.3.2. Financiamento Externo .....	26
Parte II: ANÁLISE SEGUNDO AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	27
2.1. Análise da Execução Orçamental .....	27
2.1.1. Análise por Classificação Orgânica.....	27
2.1.2. Análise por Classificação Funcional. ....	28
2.1.3. Análise por Localização Geográfica .....	30
2.1.4. Análise por Fonte de Recursos .....	31
2.1.5. Análise por Tipologia de Despesas .....	32
2.2. Alterações Orçamentais .....	34
2.2.1. Por classificação Orgânica .....	34
2.2.2. Por Classificação Funcional .....	36
2.2.3. Por Localização Geográfica .....	37
2.2.4. Por Fonte de Recursos .....	37
2.2.5. Por Tipologia de Despesas .....	38

## Índice de Quadros

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas .....	6
Quadro 2: Detalhe do IRS .....	9
Quadro 3: Detalhe do IRC.....	9
Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património.....	10
Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação .....	11
Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo .....	12
Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo .....	13
Quadro 8: Detalhe das Taxas.....	13
Quadro 9: Despesas Totais Executadas.....	18
Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Junho .....	24
Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais- até Junho de 2019/ 2018.....	25
Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global .....	26
Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica .....	27
Quadro 14: Execução por Classificação Funcional .....	29
Quadro 15: Execução por Localização Geográfica.....	30
Quadro 16: Execução por Fontes de Recursos .....	31
Quadro 17: Execução por Fontes de Recursos .....	33
Quadro 18: Alteração por Classificação Orgânica .....	35
Quadro 19: Alteração por Classificação Funcional.....	36
Quadro 20: Alteração por Localização Geográfica.....	37
Quadro 21: Alteração por Fontes de Recursos .....	38
Quadro 22: Alteração por Classificação Orgânica .....	39

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Estrutura das Receitas Totais Realizadas .....	5
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas .....	7
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas.....	8
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais.....	14
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais .....	17
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento .....	19
Gráfico 7 :Evolução e Estrutura de despesas de Investimento .....	22

## Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

d

## Apresentação

No cumprimento do preceito legal estabelecido através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 17.º da Lei n.º 7/2019, de 17 de Abril (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2019), elabora-se o presente relatório da execução orçamental (receitas, despesas e financiamento), referente ao segundo trimestre de 2019. Procedeu-se a análise dos valores executados, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com os executados no período homólogo do ano transacto.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE- Lei que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que a efectiva entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes sendo que na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto do nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia das despesas).

## Apreciação Global

A eleição legislativa realizada no mês de Outubro do ano transacto e a consequente tomada de posse do XVII Governo Constitucional no final do mês de Dezembro condicionaram a apresentação da proposta do orçamento para o ano 2019 no prazo estabelecido e consequentemente a aprovação tardia do mesmo, que traduziu na peculiaridade da execução orçamental referente ao segundo trimestre do 2019, porquanto a mesma obedeceu os estatuídos nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado), no qual estabelece a utilização das dotações fixadas no OGE do ano anterior para a execução de despesas de funcionamento e autorização para a cobrança de receitas, sendo todavia autorizada a execução de despesas de investimentos, após a aprovação do OGE/2019 que aconteceu na segunda quinzena do mês de Abril do ano em curso.

Sendo assim, a execução orçamental do segundo trimestre de 2019, analisada no presente relatório, obedeceu dois momentos de realização das despesas. Um primeiro momento, antes da aprovação do OGE para o corrente ano, foi com base na dotação igual a aprovada para o orçamento do ano transacto que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise; e um segundo momento, após a aprovação do Orçamento que aconteceu na terceira semana do mês de Abril, no qual foram feitos alguns ajustes na base da dotação orçamental para o ano 2019, e consequentemente a autorização para a execução das despesas de Investimento público.

De acordo com as informações de execução orçamental até Junho de 2019, constata-se que o défice primário registado para o período em análise, ou seja até segundo trimestre do ano, situou-se em 1,6% do PIB programado para o ano, relembrando que a previsão da meta do saldo primário para o presente exercício económico é de 1,4% do PIB. O défice alcançado circunscreve-se na meta prevista no período, é justificado pelo alinhamento legalmente previsto na execução de despesas correntes no período que corresponderam no cumprimento do estatuído no artigo 26.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro, ajustadas a continuidade da política de contenção e ajustada a performance na arrecadação de receitas correntes domésticas. Como contrapartida o referido défice foi financiado por um lado pela emissão do Bilhete de Tesouro e por outro pelo financiamento interno, correspondente ao 20% anual das receitas petrolíferas, provenientes da conta nacional do petróleo “NOA OFFSHORE”.

Relativamente à análise das receitas, verifica-se um grau de realização de 34,0% para as receitas efectivas, sendo que as receitas correntes e donativos atingiram respectivamente 53,0% e 19,0% do programado para o ano. As receitas fiscais tiveram um nível de realização de 40,0%, menos 12,0% do arrecadado no período homólogo de 2018, correspondendo a 4,8% do PIB.

Quanto as receitas não fiscais, arrecadou-se até o período em análise o montante de 222.318 milhares de dobras, contra 101.800 milhares de dobras do programado para o ano, o que permite constatar que as mesmas receitas tiveram um grau de execução de 218,0% face ao programado e, simultaneamente representa um decréscimo de 9,0% face ao registado no mesmo período do ano transacto.

Salienta-se pois, que este aumento deve-se a excelente performance da sua componente *Receita Patrimonial*, concretamente *Rendimentos de Petróleo*, que registou um nível de execução de 3033,0% do estimado para todo ano, proveniente do desembolso de juros overnight e bónus de assinatura do petróleo, pago pela Empresa Total e Empresa Petrolífera Angolana pelo leilão do bloco I da zona económica exclusiva, e também das receitas de Serviços que se atingiu um nível de arrecadação de 343% relativamente ao programado para o ano, pela incorporação das informações de receitas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nas diferentes contas nos bancos comerciais, não passando pela CUT.

Quanto aos donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 19,0% do previsto para o ano, e relativamente ao período homólogo de 2018, registou-se uma redução de 18,0%, provenientes da entrada de recursos da União Europeia (75%), República Popular da China (35%), Japão (22,0%) e os provenientes da iniciativa HIPC (52,0%), todos, em relação ao programado para o ano.

Pelo exposto acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de proceder a contenção de despesas de modo que se conseguisse cumprir com a meta do défice primário acordado com os parceiros de Bretton Woods. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias ficou em 54,1% do inicialmente aprovado.

Relativamente ao período homólogo do ano transacto, registou-se um aumento de 34%, tendo em conta a performance dos seus agregados: Despesas com Pessoal (55,0%), Bens e Serviços (48,0%), Transferências Correntes (41,0%), Outras Despesas Correntes (141,0%) e Despesas de Investimentos com Recursos Internos (8,0%). Saliente-se que as despesas com pessoal ficaram nos 4,4% do PIB, comparativamente a meta de (8,0%) estabelecida para o ano económico de 2019, no âmbito do programa de facilidade de crédito alargado, assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Importa referir que relativamente a Despesa de Investimentos Públicos observa-se que, a contida entrada de recursos externos (créditos e donativos) para financiamento dos projectos, condicionou a execução do PIP, resultando numa significativa redução dos mesmos face ao ano transacto (80,0%), tendo o seu nível de execução ficado num modesto percentual de 5,0% do inicialmente aprovado, correspondendo a 0,67% do PIB.

É de salientar que durante o período em análise, foi incluído no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores do Estado que por natureza dos seus serviços efectuem cobranças e consecutivamente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais, e, não passam pela CUT junto ao Banco Central. Entretanto, apesar de não terem sido orçamentados, e de modo a melhorar o deficit primário, estes fluxos a partir do mês de Janeiro ano em curso, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e como contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas.

Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Junho do corrente ano, excedem o valor de 95.732,35 milhares de dobras e adicionando-se as já existentes, totalizam o valor de 120. 674,00 milhares de dobras.

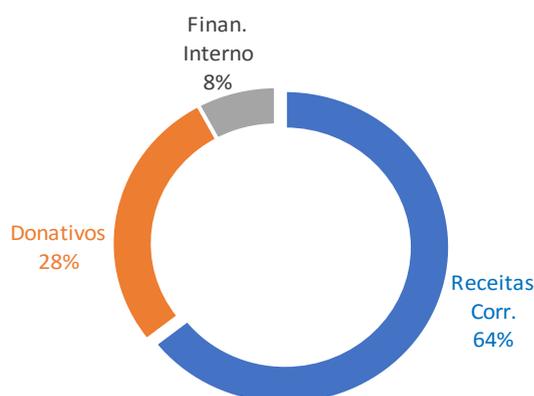
Do mesmo modo, para as despesas realizou-se o valor de 83.900,82 milhares de dobras e, adicionando-se as despesas consignadas já existentes, totalizaram deste modo o valor de 99.326,0 milhares de dobras.

## I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento) como externo (correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na tabela das operações financeiras do estado (TOFE) mostram que até o final do segundo trimestre de 2019 as receitas totais arrecadadas totalizaram um montante de 1.100.409 milhares de Dobras, o que corresponde a 35,0% do programado para o ano e menos 12,0%, face ao executado no igual período do ano transacto, visto que no mesmo período de 2019 tinha-se arrecadado 1.247.899 milhares de Dobras. A contida performance verificada foi impulsionada, por um lado, pelo decréscimo dos donativos para financiamento do OGE, bem como a não entrada de desembolsos de empréstimos para financiamento das despesas de investimentos, tendo em conta a não aprovação oportuna do Orçamento Geral do Estado do corrente ano. Por outro lado, importa referir a moderada realização das receitas correntes, essencialmente as receitas fiscais foi de 40,0% e representam um decréscimo de 12,0% do realizado no mesmo período do ano 2018.

Gráfico 1: Estrutura das Receitas Totais Realizadas



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

### I.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo a soma das Receitas Correntes e os Donativos. Até o final do segundo trimestre de 2019, estas ascenderam a uma arrecadação de 1.014.415 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de

execução 34,0% do programado, e menos 14,0%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2018. O nível alcançado abaixo da meta deve-se, sobretudo a baixa entrada dos Donativos, que teve um decréscimo de 18,0%, relativamente ao executado no mesmo período de 2018 bem como o nível alcançado das receitas correntes, que apesar da sua performance por si só, permitiu abrandar a trajectória decrescente face ao alcançado no período homólogo.

**Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas**  
(em milhares de Dobras)

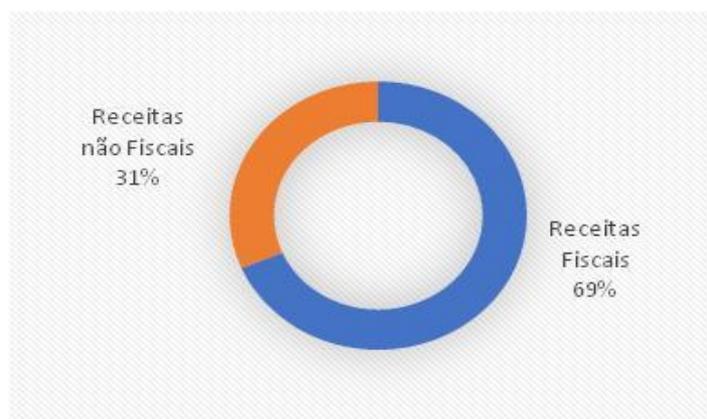
Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan -Jun. 2018	OGE 2019	Jan -Jun. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 282 547	3 035 650	1 173 485	2 960 194	1 014 415	34,3	-13,6	9,9
Receitas correntes	1 179 589	1 366 590	799 994	1 331 900	708 908	53,2	-11,4	6,9
Receitas corr. excl. petróleo	1 128 663	1 337 951	594 931	1 303 261	648 253	49,7	9,0	6,3
Receitas fiscais	1 040 301	1 253 354	555 609	1 230 100	486 590	39,6	-12,4	4,8
Impostos directos	408 280	475 994	179 678	395 808	210 580	53,2	17,2	2,1
Impostos indirectos	631 693	776 061	374 955	832 533	275 947	33,1	-26,4	2,7
Imposto s/ Importação d/q	388 662	487 597	238 603	526 867	159 883	30,3	-33,0	1,6
<i>Sobretaxa Esp. Der. Petróleo</i>	0	26 639	0	26 639	0	...	...	
Imposto sobre Consumo	136 007	168 193	89 037	178 725	60 848	34,0	-31,7	0,6
Imposto de Selo	60 965	65 200	30 159	69 389	30 320	43,7	0,5	0,3
Taxas	46 059	55 071	17 156	57 552	24 896	43,3	45,1	0,2
Outras receitas fiscais	328	1 299	977	1 759	63	3,6	-93,6	0,0
Receitas não fiscais	139 288	113 236	244 385	101 800	222 318	218,4	-9,0	2,2
Receitas patrimonial d/q	92 591	55 336	226 437	51 034	97 313	190,7	-57,0	1,0
<i>Rendimento de petróleo</i>	50 926	2 000	205 063	2 000	60 654	3032,7	-70,4	0,6
Receitas de serviços	35 856	43 900	10 431	35 212	120 674	342,7	1056,9	1,2
Outras receitas não fiscais	10 841	14 000	7 518	15 554	4 331	27,8	-42,4	0,0
Donativos	1 102 958	1 669 060	373 491	1 628 294	305 507	18,8	-18,2	3,0
para financiamento do OGE	191 801	183 500	0	239 209	73 499	30,7	...	0,7
para Projectos	844 162	1 402 337	340 408	1 307 975	189 815	14,5	-44,2	1,9
HIPC	66 995	83 223	33 083	81 110	42 193	52,0	27,5	0,4

Fonte: DCP - MPFEA

### I.1.2. Receitas Correntes

Nesta categoria estão classificadas as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

**Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 53,0%, ascendendo aos 708.908 milhares de Dobras. O moderado nível de arrecadação deve-se, em grande medida, a performance obtida quer das receitas fiscais e não fiscais, sobretudo da sua componente *Receitas patrimonial mais especificamente Rendimentos de Petróleo*, que registou um nível de execução de 3033,0%, mas que, entretanto, corresponde a menos 70,0 % do arrecadado no período homólogo do exercício anterior.

Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita obteve uma variação homóloga negativa de 11,4%, relativamente ao arrecadado no igual período de 2018, representado, cerca de 6,9% do PIB estimado para o ano em análise. Saliente-se que, se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes<sup>1</sup> ascendem a 648.254 milhares de Dobras, ficando a 50,0% do inicialmente estimado, mas que, entretanto, corresponde a mais 9,0% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

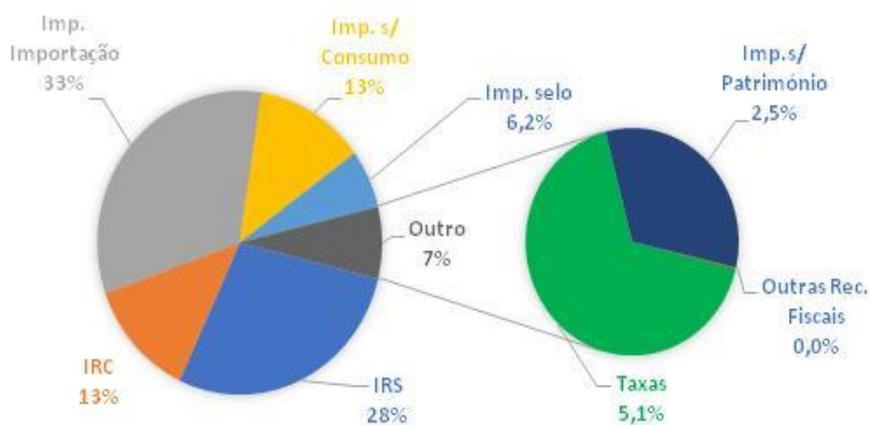
#### **I.1.2.1. Receitas Fiscais**

As receitas fiscais continuam a representar o principal item das receitas correntes (cerca de 69,0%, cf. O gráfico 2), tendo registado até ao final do segundo trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 486.590 milhares de Dobras, cerca de 40,0% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um decréscimo de 12,0%, face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto, e cerca de 4,8% do PIB estimado. A diminuição face ao período homólogo foi apurada principalmente pelo desempenho da sua componente, Impostos Indirectos, que registou uma diminuição de

<sup>1</sup> Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

arrecadação de 26,0%, face ao mesmo período do ano transacto. Porém, esta componente não atingiu integralmente a meta estabelecida, fixando em 33,0% do previsto.

**Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

#### i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 43,3% das receitas fiscais, tendo registado até o segundo trimestre um grau de execução de 53,0% do previsto, ascendendo aos 210.580 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 17,0% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução bem como o acréscimo observado, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela excelente cobrança do imposto sobre o património assim como a moderada cobrança do IRS como justificado nos pontos abaixo:

##### – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

**Quadro 2: Detalhe do IRS**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRS</b>	<b>250 338</b>	<b>294 200</b>	<b>121 070</b>	<b>283 175</b>	<b>136 947</b>	<b>48,4</b>	<b>13,1</b>	<b>100,0</b>
do Trabalho por Conta de Outrem	213 128	239 850	101 673	240390	113 163	47,1	11,3	82,6
do Trabalho por Conta Própria	25 844	38 534	14 005	30567	15 814	51,7	12,9	11,5
de Capitais Individuais	11 366	15 816	5 392	12218	7 969	65,2	47,8	5,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Este grupo de receita que representa a segunda maior componente do agregado das receitas fiscais 28,0% (cf. Gráfico 3) apresenta até final do segundo trimestre uma arrecadação de 136.947 milhares de Dobras, o que corresponde a 48,4% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 13,0% face ao arrecadado em igual período de 2018. O nível de execução alcançado deriva-se essencialmente do pagamento de dividas atrasadas em consequência das execuções fiscais feita à Empresa ENASA e também o pagamento de impostos correntes e atrasados pagos pela cervejaria ROSEMA.

#### – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva em território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

**Quadro 3: Detalhe do IRC**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRC</b>	<b>145 440</b>	<b>166 437</b>	<b>49 134</b>	<b>97 981</b>	<b>61 506</b>	<b>62,8</b>	<b>25,2</b>	<b>100,0</b>
Indústria Petrolífera	0	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto Industrial	121 981	140 508	46 041	93 382	57 082	61,1	24,0	92,8
de Capitais de Pessoas Jurídicas	23 459	25 929	3 093	4 599	4 423	96,2	43,0	7,2
do Transporte do Petróleo	0	0	0	0	0	...	...	0,0

Fonte: DCP-MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 61.506 milhares de Dobras, correspondendo a 62,8% do estimado

para o ano e um acréscimo de 25,2% do que foi arrecadado no período homólogo de 2018, representando 12,6% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). O desempenho atingido provém da cobrança de valores atrasados como consequência de execução fiscal.

#### - Imposto sobre o Património

Este grupo de impostos refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados em território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados em território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

**Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre o Património</b>	<b>12 501</b>	<b>15 359</b>	<b>9 473</b>	<b>14 652</b>	<b>12 127</b>	<b>82,8</b>	<b>28,0</b>	<b>100,0</b>
Predial Urbano	1 821	2 089	1 962	2096	1 866	89,0	-4,9	15,4
Sucessões e Doações	2 158	2 449	304	973	633	65,0	108,0	5,2
Transações Imob. a Título Oneroso	4 072	4 838	3 261	7008	5 362	76,5	64,4	44,2
Veículos Automóveis	4 450	5 983	3 947	4575	4 266	93,3	8,1	35,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Até Junho de 2019, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 82,8% do programado, ascendendo aos 12.127 milhares de Dobras, mais 28,0% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 2,5% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para o nível de execução bem como o crescimento observado contribuíram, por um lado, a **Contribuição Predial Urbana (CPU)**, que conheceu uma execução de 89,0% e **Imposto sobre Veículos** que registou um nível de execução de 93,2% do programado, poderá ser considerado como aceitável tendo em conta que o período de maior cobrança destes impostos encontra-se no primeiro trimestre do ano, e a cobrança foi prolongada até o mês de Abril. Por último, importa frisar que ao nível do **Imposto sobre Transacção Imobiliária a Título Oneroso (SISA)** e **Imposto sobre Sucessões de Doações**, atingiram um nível de execução correspondente a respectivamente 76,5% e 65,0% do programado.

## ii. Impostos Indirectos

Vale lembrar, que os impostos indirectos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (56,7%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 275.947 milhares de Dobras, o que representa 33,0% do programado e uma diminuição de 26,0%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano 2018. O modesto nível de execução assim como o decréscimo comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações; Consumo; e Imposto de Selo, como justificado nos pontos abaixo:

### – Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja nulo.

### – Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior, continua fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 32,8%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do segundo trimestre de 2019, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 159.883 milhares de Dobras, que corresponde a 30,0% do programado, e um decréscimo de 33,0% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

**Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre Comércio Externo</b>	<b>388 662</b>	<b>487 597</b>	<b>238 603</b>	<b>526 867</b>	<b>159 883</b>	<b>30,3</b>	<b>-33,0</b>	<b>100,0</b>
Imposto sobre a Exportação	0	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto sobre Importação	388 662	487 597	238 603	526 867	159 883	30,3	-33,0	100,0
Taxa	208 408	254 060	112 350	240 249	97 122	40,4	-13,6	60,7
Sobre- Taxa	180 254	233 537	126 253	286 618	62 761	21,9	-50,3	39,3

Fonte: Direcção de contabilidade Pública

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as **Taxas sobre Importação**, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 40,0% do programado, ascendendo aos 97.122 milhares de Dobras, o que representa uma diminuição de 14,0%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, as **Sobretaxas sobre Importação**, que obteve nível de execução de 24,0% do

programado, ascendendo a 62.761 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a menos 50,0% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

#### - Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 12,5% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 34,0% do programado, ascendendo aos 60.848 milhares de Dobras, o que representa uma diminuição de 31,7%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. Modesto desempenho registado ao nível dos **Impostos sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 38,0%, ascendendo aos 38.694 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a menos 27,0% do que foi arrecadado no igual período de 2018. O fraco desempenho deste grupo de receitas deve-se ao abrandamento da economia.
- ii. O **Imposto de Consumo sobre as bebidas Alcoólicas** que ascendeu a 12.108 milhares de Dobras, ficando a 31,0% do programado e uma diminuição de 12,0% face ao período homólogo.

**Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre o Consumo</b>	<b>136 007</b>	<b>168 193</b>	<b>89 037</b>	<b>178 726</b>	<b>60 848</b>	<b>34,0</b>	<b>-31,7</b>	<b>100,0</b>
de Álcool Industrial	0	0	301	0	0	...	<b>-100,0</b>	0,0
de Derivados do Petróleo	0	0	0	0	0	...	...	0,0
de Gases Liquefeitos	0	0	0	0	0	...	...	0,0
de Bebidas Alcoólicas	30 403	46 108	13 815	38 506	12 107	<b>31,4</b>	<b>-12,4</b>	19,9
de Serviços de Telecomunicações	18 011	21 385	6 263	12 542	8 023	<b>64,0</b>	<b>28,1</b>	13,2
de Serviços Hoteleiros e Similares	8 235	10 536	4 222	9 683	5 263	<b>54,4</b>	<b>24,7</b>	8,6
de Serviços de Água e Energia	10 321	10 301	6 727	12 669	5 889	<b>46,5</b>	<b>-12,5</b>	9,7
de Serviços Bancários e de Seguros	9 811	11 094	5 119	11 531	4 677	<b>40,6</b>	<b>-8,6</b>	7,7
de Serviços Diversos	34 901	35 084	30 118	50 006	14 841	<b>29,7</b>	<b>-50,7</b>	24,4
de Produção Local	21 894	33 085	22 110	38 397	8 716	<b>22,7</b>	<b>-60,6</b>	14,3
de Produtos Diversos	2 431	600	361	5 392	1 329	<b>24,7</b>	<b>267,8</b>	2,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

#### — Imposto de Selo

Conforme apresentado no Quadro 1, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 30.320 milhares de Dobras (representa 6,2% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 43,7% do programado e mais 0,5% do realizado no período homólogo de 2018. O acréscimo e o

nível de arrecadação observado estão relacionados com o desempenho das suas componentes *Selo de Verba* e *Selo de Assistência* que representam no seu conjunto 85,6% do grupo de imposto de selo.

**Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto de Selo</b>	<b>60 965</b>	<b>65 200</b>	<b>30 159</b>	<b>69 389</b>	<b>30 320</b>	<b>43,7</b>	<b>0,5</b>	<b>100,0</b>
Selo de Verba	36 845	38 174	17 710	41 247	16 526	40,1	-6,7	54,5
Selo de Conhecimento e Cobrança	5 117	5 736	1 894	4 029	3 568	88,6	88,4	11,8
Selo de Cheque	11	1	11	19	784	4 126,3	7 133,7	5,7
Selo de Assistência	18 992	21 289	10 543	24 094	9 441	39,2	-10,5	31,1

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

O baixo nível de arrecadação observado está relacionado com fraco desempenho das actividades económicas durante o primeiro semestre do ano, na medida em que, o mesmo está indexado, na sua maior parcela, a facturação das empresas.

#### – Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final de Junho do ano 2019 um grau de realização abaixo da meta, situando em 43,3% do programado, ascendendo aos 24.896 milhares de Dobras, o que reflectiu num acréscimo de 45,0% face ao arrecadado no igual período do ano 2018. O montante arrecadado representa cerca de 5,1% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

**Quadro 8: Detalhe das Taxas**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2017	OGE 2018	Jan-Jun 2018	OGE 2019	Jan-Jun 2019	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Taxas</b>	<b>46 059</b>	<b>55 071</b>	<b>17 156</b>	<b>57 552</b>	<b>24 896</b>	<b>43,3</b>	<b>45,1</b>	<b>100,0</b>
<b>das quais</b>								
Emolumento Geral de exportação	1 488	3 866	21	3 866	21 600	558,7	102 757,1	86,8
Emolumento Pessoais	7 202	9 259	3 780	9 259	3 274	35,4	-13,4	13,2
Subsídio de deslocação	13 966	13 998	6 954	13 998	6 025	43,0	-13,4	24,2
Emolumento e Taxas Diversas	16 026	19 335	3 777	19 335	11 360	58,8	200,7	45,6
Emolumento Especiais - 10%	2 554	4 758	651	4 758	1 708	35,9	162,4	6,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

O nível de execução bem como o acréscimo verificado é justificado, em grande medida, pelo aumento verificado ao nível da rubrica de “*Emolumentos Geral de exportação*” como consequência da continuidade directa das medidas fiscais adoptadas em sede do orçamento.

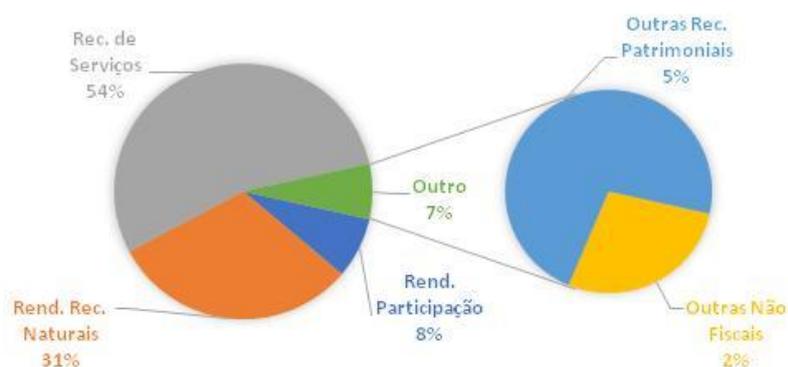
### iii. Outras Receitas Fiscais

Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do segundo trimestre de 2019, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 4,0% do programado, atingindo os 63 milhares Dobras, o que traduziu num decréscimo de 94,0% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2018.

#### I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial, Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final do segundo trimestre em análise, uma taxa de realização de 218,0% do programado, ascendendo aos 222.318 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um decréscimo de 9,0% face ao igual período de 2018, representando desta forma, 31,3% das receitas correntes realizadas. O acréscimo verificado deveu-se fundamentalmente ao comportamento da sua componente *Receitas patrimonial mais especificamente Rendimentos de Petróleo* pelo facto de ter-se registado a entrada de bonificação de prémios de petróleo como também maior arrecadação de receitas de serviços.

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

#### i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente das Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma registou uma taxa de execução de 191,0% para o ano, ascendendo aos 97.313 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 57,0% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (que era de 226.437 milhares de Dobras). O expressivo nível de arrecadação, verificado deveu-se exclusivamente ao desempenho da sua subcomponente *“Rendimentos de Petróleo”*, que apresentou uma execução superior a estabelecida para o período, como abaixo se discrimina:

## – Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim, até final do segundo trimestre do corrente ano, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 17.080 milhares de Dobras, cerca de 129,0% do programado e um acréscimo de 51,0% do que foi arrecadado no mesmo período de 2018.

## - Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas do Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua taxa de execução situou-se nos 252,0% do programado, ascendendo aos 69.027 milhares de Dobras (representa 31,0% das receitas não fiscais, *cf.* Gráfico 4), e que corresponde a uma diminuição de 66,0%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2018. Tanto o nível de execução como o crescimento observado são justificados pela entrada de recursos provenientes exclusivamente de entrada de juros overnight correspondente a National Oil account (NOA) offshore, bem como o bónus de assinatura do Bloco 1 da zona exclusiva, pagos pelas Empresas Total Treasury e a Soc. Nacional de combustível de Angola.

## – Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens acima mencionados. Até final do segundo trimestre do corrente ano, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 11.206 milhares de Dobras, cerca de 108,0% do programado e um aumento de 15,0% do que foi arrecadado no mesmo período de 2018.

### ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Sendo assim, durante o segundo trimestre de 2019, arrecadou-se neste agregado de receitas o montante de 120.674 milhares de Dobras (representa 54,0% das receitas não fiscais, ver Gráfico 4), e a taxa de execução situou-se em 343,0% do programado, o que corresponde a um acréscimo de 1057,0% face ao arrecadado no período homólogo de 2018.

### iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse conjunto de receitas foi de 28,0% do programado, atingindo os 4.331 milhares de Dobras, e uma diminuição em 42,0%, face ao registado no igual período de 2018, representando cerca de 2,0% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

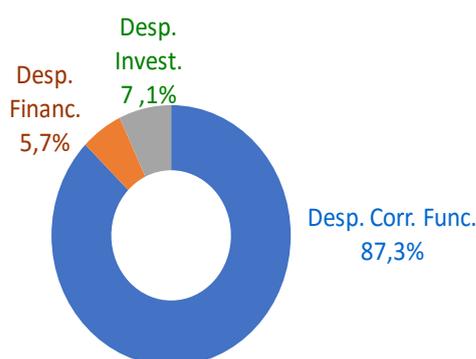
#### I.1.3. Donativos

Da apreciação dos dados do Quadro 1, verifica-se que os recursos provenientes de Donativos, constituído pelo donativo *para Financiamento do OGE (UE)*, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC, registaram até final de Junho de 2019, um grau de execução de 19,0% do programado, ascendendo ao montante de 305.507 milhões de Dobras (cerca de 27,8% das receitas totais, cf. Gráfico 1), que entretanto representa uma diminuição de 18,0% do que foi arrecadado no igual período de 2018. Para esta diminuição contribuíram, por um lado, a modesta entrada dos Donativos para Projectos, que ficaram nos 189.815 milhões de Dobras, correspondendo a 14,5% do programado e menos 44,0% do executado no período homólogo do ano transacto, e por outro, a modesta entrada dos donativos da iniciativa HIPC, que ascendeu ao montante de 42.193 milhões de Dobras, corresponde a aumento de 27,5% face ao mesmo período do ano 2018, e 52,0% do estimado para o ano. Entretanto, é importante frisar que o donativo da União Europeia para o financiamento do orçamento de 2019, no montante de 73.499 milhares de Dobras, só se efetivou em Junho do corrente ano, o que serviu para mitigar a performance no grupo dos donativos.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

As Despesas Totais, que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram até final de Junho do ano 2019, uma taxa de execução de 30,8% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 972.162 milhares de Dobras, e menos 8,7% do executado no igual período de 2018, sendo na sua maioria despesas de funcionamento (87,3%, cf. o gráfico 5). O modesto desempenho e a diminuição verificada deve-se a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos externos, tanto crédito como donativo para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de *BrettonWoods*.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

### I.1.4. Despesas Efectivas

Relativamente às Despesas Efectivas, que expressam a diminuição do património líquido do Estado (corresponde as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do semestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 917.225 milhares de Dobras, cerca de 30,5% do inicialmente previsto e menos 8,0% do executado no período homólogo de 2018. O nível de execução bem como a notória diminuição observada deveu-se, fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos externos, associada a contenção das despesas de funcionamento, principalmente ao nível das transferências correntes.

### I.1.5. Despesas Primárias

Estas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas.

A realização destas despesas face ao orçamentado foi de 54,1%, sendo que a sua execução ascendeu 809.121 milhares de Dobras, correspondente a mais 33,9% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 7,9% do PIB estimado. O alto nível de execução, bem como o acréscimo verificado deve-se ao pagamento regular das despesas correntes sobre tudo as despesas com pessoal bem como as transferências correntes, evitando deste modo a acumulação dos atrasados.

**Quadro 9: Despesas Totais Executadas**  
(em milhares de Dobras)

Despesas	Real 2017	OGE 2018	Jan -Jun. 2018	OGE 2019	Jan -Jun. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 716 337	3 278 266	1 064 998	3 160 269	972 162	30,8	-8,7	9,5
Despesas efectivas	2 605 182	3 162 382	997 392	3 006 008	917 225	30,5	-8,0	9,0
Despesas primárias	1 401 810	1 430 660	604 493	1 494 328	809 121	54,1	33,9	7,9
Despesas correntes	1 404 578	1 511 840	652 955	1 539 273	848 387	55,1	29,9	8,3
Despesas com pessoal	745 213	749 258	325 565	809 224	447 293	55,3	37,4	4,4
Bens e serviços	223 569	241 441	124 942	244 040	117 627	48,2	-5,9	1,1
Juros da dívida	38 635	50 239	20 918	62 825	28 235	44,9	35,0	0,3
Subsídios e transf. correntes	293 982	314 674	111 938	321 962	131 389	40,8	17,4	1,3
Outras despesas correntes	88 861	76 747	30 202	77 541	109 342	141,0	262,0	1,1
Exercício findo	14 318	79 481	39 391	23 681	14 501	61,2	-63,2	0,1
Investimento públicos	1 200 604	1 650 542	344 437	1 466 735	68 839	4,7	-80,0	0,7
Recursos internos	50 185	48 540	11 846	41 561	3 469	8,3	-70,7	0,0
Recursos próprios	28 359	26 804	5 581	21 845	1 913	8,8	-65,7	0,0
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	...	0,0
HIPC	21 826	21 736	6 265	19 716	1 557	7,9	-75,2	0,0
Recursos externos	1 150 419	1 602 002	332 591	1 425 174	65 370	4,6	-80,3	0,6
Donativos	961 000	1 402 337	303 540	1 307 975	65 370	5,0	-78,5	0,6
Empréstimos	189 419	199 665	29 051	117 199	0	0,0	-100,0	0,0
Despesas Financeiras	111 155	115 884	67 606	154 261	54 936	35,6	-18,7	0,5

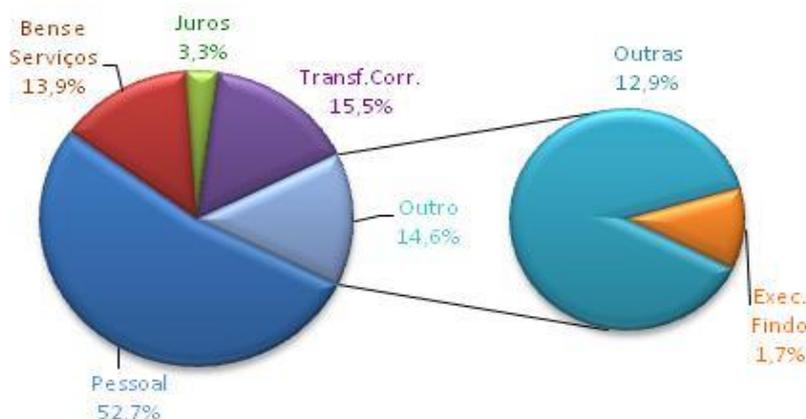
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

### I.1.6. Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o

funcionamento do Estado, tendo a sua execução correspondido a 87,3% das despesas totais, conforme apresentado no gráfico 5.

**Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento**



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

Dada apreciação dos dados do primeiro semestre do ano 2019, através do quadro nº. 9, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 848.387 milhares de Dobras, o que corresponde a 55,1% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga positiva, em termos nominal, de 29,9%, representando 8,3% do PIB estimado. O nível de execução verificado deve-se sobretudo ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria, como abaixo se descremina:

– **Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)**

As Despesas com Pessoal, incluindo os encargos com segurança social, correspondem a 52,7% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o gráfico 6, mais de 91,9% das receitas fiscais realizadas e cerca de 4,4% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 447.293 milhares de Dobras, representando 55,3% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 37,4%, justificados pelo aumento salarial e consequente pagamento de retroativos das forças militares e paramilitares de Janeiro à Junho. De ressaltar, que do total executado, destaca-se as rubricas vencimentos e salários e outras despesas com pessoal que representam 41,0% e 55,0%, respectivamente do total executado.

#### – Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 13,9% das despesas de funcionamento (*cf.o gráfico 6*). De acordo com as informações do quadro 9, observa-se que durante o primeiro semestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, teve uma taxa de execução de 48,2% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 117.627 milhares de Dobras, o que corresponde a uma diminuição de 5,9%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o decréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pelo baixo desempenho de algumas rubricas que compõem esta categoria de despesa como é o caso de Bens duradouros, Aquisição de serviços e Encargos com viagens (correspondendo a menos 84,9%, 6,7% e 15,8% das despesas com bens e serviços).

#### – Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 28.235 milhares de Dobras, ficando nos 44,9% do programado, e com uma variação homóloga positiva de 35,0% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver o **quadro 9**), tendo uma participação de 3,3% do total das despesas correntes de funcionamento (*cf. gráfico 6*).

#### – Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desses tipos de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Logo, no que se refere às transferências correntes, estas são fundamentalmente aquelas feitas sem contrapartidas pela Administração Central particularmente aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes realizadas, tendo correspondido a 15,5% das mesmas (*cf. gráfico 6*).

Contudo, conforme o quadro 9, observa-se que até o final do semestre em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 131.389 milhares de Dobras, o que corresponde a 40,8% do inicialmente aprovado e mais 17,4% do executado no igual período do ano 2018. Contribuíram para o valor efectuado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce para as transferências

para Institutos Públicos e Região Autónoma do Príncipe (RAP) que no seu conjunto representam 35,7% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, com excepção de transferências para Famílias e para as Embaixadas, os valores executados nos demais itens deste grupo de despesas ficaram acima do executado no período homólogo do ano transacto.

#### – Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "*Junta Médica para o Exterior*" e "*Despesas Consignadas*" aos recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através do quadro 9, mostra que até final de Junho de 2019, as mesmas tiveram uma execução de 109.342 milhares de Dobras, estando a 141,0% do inicialmente aprovado, representando 12,9% das despesas de funcionamento (ver o gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 262,0%. O elevado nível de execução deve-se a performance das Despesas Consignadas que ficou a 218,5% do inicialmente aprovado.

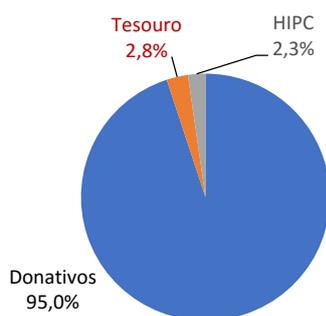
#### – Despesas Correntes do Exercício Findo

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. No final do semestre em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 14.501 milhares de Dobras, correspondente a 61,2% do previsto e menos 63,2 do executado no igual período do ano antecedente.

#### I.1.7. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

Durante o primeiro semestre de 2019, registou-se uma execução das despesas de investimentos públicos no montante de 68.839 milhares de Dobras, (cerca de 7,1% das Despesas Totais, cf. gráfico 5), o que corresponde a 4,7% do inicialmente aprovado e menos 80,0% do executado no igual período do ano 2018.

## Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública

O decréscimo observado face ao igual período de 2018, deve-se a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e externos, principalmente de recursos de donativos, que é justificado pelo facto de uma parte considerável das informações de execução dos projectos financiados maioritariamente por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis na sua totalidade para efeito de consolidação.

### – Financiadas com Recursos Internos

Estas correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo da iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa no quadro 9, as mesmas foram programadas no montante de 41.561 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, para o semestre em análise registou-se uma execução de 3.469 milhares de Dobras correspondendo a 8,3% do orçamentado, evidenciando uma diminuição de 70,7% quando comparado ao executado no mesmo período do ano transacto. Entretanto, no Gráfico 7, estas representam 5,1% do PIP executado.

O nível de execução aquém do esperado para o período em análise, assim como o decréscimo verificado é justificado pela diminuição de valor executado dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 8,8% do programado, ascendendo a 1.913 milhares de Dobras (corresponde a 2,8% do PIP, conforme o Gráfico 7), que comparando com o executado no mesmo período do ano antecedente corresponde a menos 65,7%. Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 7,9% do programado, ascendendo a 1.557 milhares de Dobras (cerca de 2,3% do PIP, ver o Gráfico 7), menos 75,2% face ao executado no período homólogo de 2018.

## – Financiadas com Recursos Externos

Nesta componente estão os projectos inscritos no PIP que são financiados tanto com donativos como com créditos. Até ao final do período em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 65.370 milhares de Dobras, correspondendo a 4,6% do programado, o que representa cerca de 95,0% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior, constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 80,3%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado, 95,0% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 5,0% do aprovado e cerca de menos 78,5% do executado no mesmo período do ano transacto. Por outro lado, até ao final do período em análise não se registou qualquer execução dos recursos financiados com créditos.

### I.1.8. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

Em razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através do quadro 9, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 54.936 milhares de Dobras, cerca de 35,6% do programado e menos 18,7% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 5,7% das despesas totais executadas, conforme apresentado no gráfico 5.

Ao procedermos a análise do quadro 10, observa-se que até Junho do corrente ano, o estoque da dívida pública situa-se nos 385,9 milhões de Dólares Americanos, mais 30,4% do que se verificou em final de 2018, correspondendo a 81,8% do PIB, sendo que do montante apurado USD 100,0 milhões correspondem aos atrasados. Ainda observando o quadro 10, observa-se que em termos de estrutura, 69,6% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, enquanto as internas representam 30,4%. No âmbito da dívida externa, 19,3% referem-se a dívida multilateral e 80,7% a bilateral, sendo no âmbito desta as mais proeminentes as dívidas com Portugal (26,2%) e Angola (19,3%).

Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 117,5 milhões, sendo que USD 13,2 milhões (cerca de 11,2% na estrutura do total da dívida interna) correspondem a dívidas com fornecedores e USD 23,5 milhões (20,0% do total da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro.

**Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Junho**  
(em milhões de Dólares)

Credores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Até Junho de 2019		
										Total	Atrasad o	S/Atrasad o
<b>TOTAL</b>	<b>156,4</b>	<b>181,9</b>	<b>228,2</b>	<b>232,4</b>	<b>244,3</b>	<b>274,2</b>	<b>278,9</b>	<b>291,9</b>	<b>296,0</b>	<b>385,9</b>	<b>100,0</b>	<b>285,8</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>156,4</b>	<b>181,9</b>	<b>205,6</b>	<b>215,5</b>	<b>230,6</b>	<b>261,6</b>	<b>266,7</b>	<b>261,4</b>	<b>264,0</b>	<b>268,4</b>	<b>100,0</b>	<b>168,4</b>
<b>Multilateral</b>	<b>38,0</b>	<b>42,1</b>	<b>41,0</b>	<b>43,7</b>	<b>41,5</b>	<b>42,4</b>	<b>40,3</b>	<b>44,5</b>	<b>49,5</b>	<b>51,8</b>	<b>0,0</b>	<b>51,8</b>
BAD/FAD	3,2	2,2	2,1	5,5	5,3	5,2	4,4	6,9	11,8	15,0	0,0	15,0
IDA	13,4	14,9	14,1	14,0	14,0	13,8	12,3	11,9	11,8	11,4	0,0	11,4
FIDA	6,5	7,9	8,0	7,7	6,9	6,7	6,4	5,8	5,4	5,4	0,0	5,4
OPEC	4,0	5,5	4,5	4,1	3,3	2,8	2,4	2,0	1,7	1,6	0,0	1,6
BEI	1,4	0,9	0,9	0,6	0,3	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	5,1	5,8	5,9	5,8	7,1	9,4	10,4	12,0	12,0	11,8	0,0	11,8
FMI	4,4	4,9	5,5	6,0	4,6	4,6	4,3	5,9	6,9	6,6	0,0	6,6
<b>Bilateral</b>	<b>118,5</b>	<b>139,8</b>	<b>164,6</b>	<b>171,8</b>	<b>189,1</b>	<b>219,2</b>	<b>226,4</b>	<b>216,9</b>	<b>214,5</b>	<b>216,6</b>	<b>100,0</b>	<b>116,6</b>
<b>Clube de Paris</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,8</b>
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BÉLGICA	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8
ESPAÑA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Não Clube de Paris</b>	<b>117,6</b>	<b>138,9</b>	<b>163,6</b>	<b>170,8</b>	<b>188,0</b>	<b>218,4</b>	<b>225,6</b>	<b>216,0</b>	<b>213,6</b>	<b>215,8</b>	<b>100,0</b>	<b>115,7</b>
PORTUGAL <sup>2</sup>	13,1	27,3	39,8	47,3	47,3	54,5	57,2	59,6	57,2	56,8	0,0	56,8
ANGOLA(atrasada)	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	30,6	30,6	30,6	30,6	0,0
ANGOLA	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,9	10,9	11,1	3,1	8,0
ANGOLA(nova dívida)	0,0	0,0	0,0	0,0	17,0	31,0	35,5	40,0	40,0	41,8	1,8	40,0
ARGELIA	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA <sup>3</sup>	17,0	17,3	17,3	18,6	18,8	18,4	18,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JUGUSLAVIA <sup>4</sup>	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Div. Comercial</b>	<b>25,8</b>	<b>25,8</b>	<b>25,8</b>	<b>24,3</b>	<b>24,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>24,3</b>	<b>10,0</b>
ITALIA	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0
CHINA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	10,0
<b>Div. Curto Prazo</b>	<b>17,7</b>	<b>27,7</b>	<b>39,8</b>	<b>39,8</b>	<b>39,8</b>	<b>39,4</b>	<b>39,4</b>	<b>40,7</b>	<b>40,7</b>	<b>41,3</b>	<b>40,3</b>	<b>1,0</b>
NIGERIA	10,0	20,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0
BRASIL	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	0,0
ANGOLA(atrasada)	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	4,8	4,8	5,4	5,4	0,0
GUINÉ EQUATORIAL	0,0	0,0	2,1	2,1	2,1	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	0,7	1,0
<b>DÍVIDA INTERNA</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>22,6</b>	<b>16,9</b>	<b>13,7</b>	<b>12,6</b>	<b>12,2</b>	<b>30,6</b>	<b>32,0</b>	<b>117,5</b>	<b>0,0</b>	<b>117,5</b>
<b>Div. c/ Fornecedores</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>22,6</b>	<b>16,9</b>	<b>13,7</b>	<b>12,6</b>	<b>12,2</b>	<b>13,5</b>	<b>12,5</b>	<b>13,2</b>	<b>0,0</b>	<b>13,2</b>
MSF	0,0	0,0	7,4	6,4	5,4	4,9	4,7	5,1	4,8	4,8	0,0	4,8
HIDROELECTRICA	0,0	0,0	2,7	2,7	2,5	2,3	2,2	2,5	2,4	2,3	0,0	2,3
SYNERGIES	0,0	0,0	3,6	3,6	4,5	4,5	4,4	5,0	4,3	4,6	0,0	4,6
OUTROS	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
ATRAS. INTERNOS	0,0	0,0	8,7	4,0	1,0	0,8	0,7	0,8	0,8	1,5	0,0	1,5
<b>Novos Atrasados Internos</b>	<b>0,0</b>	<b>80,7</b>	<b>0,0</b>	<b>80,7</b>								
ESTADO/EMAE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,1	0,0	8,1
ESTADO/CST	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	0,0	7,0
ESTADO/EMPRESAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,0	0,0	12,0
OUTROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2	0,0	12,2
ENCARGOS SALARIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	6,1
DIFERENCIAL de preço	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	34,1	0,0	34,1
Edifício de S.Tribunal de	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,4
Edifício do Tribunal de	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,9
<b>Bilhetes do Tesouro</b>	<b>0,0</b>	<b>17,0</b>	<b>19,5</b>	<b>23,5</b>	<b>0,0</b>	<b>23,5</b>						
BISTP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,5	13,7	17,6	0,0	17,6
BGFI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	3,2	2,8	0,0	2,8
Ecobank STP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	2,3	2,5	0,0	2,5
Afriland	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,3	0,0	0,0	0,0
Juros de emissão de BT's	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7

Fonte: GDP/DT- MPFEA

## I.2. Principais Saldos Orçamentais

### I.2.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Conforme apresentado no quadro 11, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente, base compromisso, negativo de 139.478 milhares de Dobras, contra o superavit de 147.039 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2018, o que corresponde a um agravamento de 286.517 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

**Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais- até Junho de 2019/ 2018**  
(em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2017	OGE 2018	Jan -Jun. 2018	OGE 2019	Jan -Jun. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	-224 989	-145 250	147 039	-207 372	-139 479	67,3	-194,9	-1,4
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	-275 915	-173 889	-58 024	-236 011	-200 133	84,8	244,9	-2,0
Saldo Primário Doméstico	-273 147	-92 709	-9 561	-191 066	-160 867	84,2	1 582,5	-1,6
Saldo Global	-413 742	-242 615	203 307	-200 074	121 086	-60,5	-40,4	1,2

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.2.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro à Junho do corrente ano registou um saldo primário, base compromisso, deficitário de 160.867 milhares de Dobras, contra 9.561 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2018 (ver o quadro 11). Este nível de défice equivale a menos 1,6% do PIB estimado para o período. É importante relembrar que a meta do saldo primário para o presente exercício económico é de 1,4% do PIB.

### I.2.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através do quadro 11, apurou-se durante o primeiro semestre de 2019, um saldo global, base caixa, positivo de 121.086 milhares de Dobras, contra os 203.307 milhares de Dobras, deficitário, registados no igual período de ano transacto.

### I.3. Financiamento do Défice Global

#### I.3.1. Financiamento Interno

Até o final do primeiro Semestre de 2019, apurou-se um saldo global de 121.086 milhares de Dobras, que corresponde a 60,5% do estimado para ano e, 40,4% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto.

Este resultado do déficit global registado, deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim, destaca-se o desembolso Líquidos do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização, em termos líquidos, de 89.779 milhares de Dobras, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT.

Salienta-se que também como financiamento interno, foram utilizados 85.993 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE).

**Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global**  
(em milhares de Dobras)

Itens	Real 2017	OGE 2018	Jan -Jun. 2018	OGE 2019	Jan -Jun. 2019	% Exec.	% V.H.	% PIB
FINANCIAMENTO	413 742	242 615	-203 307	200 074	-121 086	-60,5	-40,4	-1,2
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	57 080	42 950	45 362	82 875	85 993	103,8	89,6	0,8
<i>Receitas de Alienação</i>	831	500	116	2 008	0	0,0	-100,0	0,0
<i>Transferências CNP</i>	56 249	42 450	45 246	80 867	85 993	106,3	90,1	0,8
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	233 802	199 665	29 052	117 199	0	0,0	-100,0	0,0
<i>Desembolsos para Projectos</i>	233 802	199 665	29 052	117 199	0	0,0	-100,0	0,0
Mov. Contas do Tesouro	-61 762	0	-79 346	0	-305 158	...	284,6	-3,0
BCSTP Líquido	206 426	147 765	40 584	0	89 779	...	121,2	0,9
Contas de Regularização	-24 022	0	-6 446	0	0	...	...	0,0
NOA OFFSHORE	-50 926	0	-205 063	0	-60 654	...	-70,4	-0,6
Saldo a transitar p/ período seguir	53 144	-147 765	-27 450	0	68 954	...	-351,2	0,7

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

#### I.3.2. Financiamento Externo

Nos primeiros seis meses de 2019, o Financiamento Externo, teve uma execução nula, justificado pela não entrada de recursos provenientes dos créditos (necessariamente concessionais) para financiamento de despesas de investimentos públicos.

## PARTE II: ANÁLISE SEGUNDO AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

### II.1. Análise da Execução Orçamental

#### II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os resultados da execução orçamental das despesas, por classificação orgânica, no primeiro semestre de 2019, conforme apresentado no Quadro 13, reflectem um nível de execução modesto nos órgãos mais proeminentes, sendo que o Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES) com 37,1% da dotação final, correspondente a 206.046 milhares de Dobras, o Ministério da Saúde (MS) ficou nos 30,7% da dotação corrigida (118.743 milhares de Dobras), o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI) que apresentou um nível de execução de 80,7% da dotação corrigida (112.800 milhares de Dobras) e o Encargos Gerais do Estado (EGE), apresentou um registo de 31,8% da dotação corrigida (98.271 milhares de Dobras).

**Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica**  
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
AN	90 542	70 228	25 431	25 239	25 154	35,8	3,1
TC	38 253	33 575	5 700	5 700	5 700	17,0	0,7
TCO	3 321	2 325	2 113	2 113	2 113	90,9	0,3
TJ	45 778	35 345	13 128	13 128	12 698	35,9	1,6
PR	16 867	13 117	4 493	4 350	4 350	33,2	0,5
GPM	62 358	54 852	12 882	12 732	9 695	17,7	1,2
PGR	29 696	23 000	7 046	7 046	6 657	28,9	0,8
MDOI	188 023	139 855	121 739	121 739	112 800	80,7	13,9
MNEC	154 221	123 573	25 742	25 742	25 033	20,3	3,1
MJAPDH	62 418	49 903	16 773	16 501	14 662	29,4	1,8
MTSFFP	47 502	42 769	4 869	4 869	4 201	9,8	0,5
MPFEA	166 156	137 328	51 616	51 609	49 427	36,0	6,1
MTCCI	23 254	20 660	5 936	5 936	3 144	15,2	0,4
MEES	566 626	555 904	214 568	214 568	206 046	37,1	25,3
MOPIRNA	368 330	361 100	52 822	52 542	50 103	13,9	6,2
MS	443 164	386 279	125 703	125 703	118 743	30,7	14,6
MJDE	100 487	101 220	6 720	6 720	6 075	6,0	0,7
MAPDR	213 001	205 652	12 053	12 053	10 195	5,0	1,3
GRP	110 175	97 665	22 520	22 520	22 520	23,1	2,8
CDAG	17 123	13 186	6 962	6 962	6 962	52,8	0,9
CDCG	8 325	7 728	3 361	3 361	3 361	43,5	0,4
CDCAUÉ	6 375	5 063	3 337	3 337	3 337	65,9	0,4
CDLMB	7 933	6 603	2 968	2 968	2 968	45,0	0,4
CDLOBTA	9 620	7 934	4 756	4 756	4 756	59,9	0,6
CDMZ	11 519	9 263	4 327	4 327	4 327	46,7	0,5
EGE	369 201	309 371	131 739	131 739	98 271	31,8	12,1
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>2 813 497</b>	<b>889 305</b>	<b>888 261</b>	<b>813 299</b>	<b>28,9</b>	<b>100</b>

Fonte: DCP-MPFEA

O baixo nível de execução apresentado deve-se (i) a aprovação tardia do OGE/2019, no qual substanciou-se a execução quer de despesas de funcionamento como de despesas de investimentos públicos do período pautado no disposto no artigo 26º da Lei nº

3/2007; (ii) a continuidade de medida de contenção de despesas de aquisição de bens e serviços, das transferências correntes adoptadas pelo Governo no ano transacto; (iii) a inoportunidade na disponibilização das informações da execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que normalmente só chegam no final do ano.

Relativamente a estrutura das despesas totais (813.299) milhares de Dobras), verifica-se que 58,3% do executado encontra-se concentrado em quatro órgãos, nomeadamente MEES (25,3%) – “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “4889 - Contributos para a Escola Profissional de Água Grande”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto” e “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada”; no MS com 14,6%, devido a execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas” e “2401 – Junta para exterior”; no MDOI com 13,9%, devido a execução das actividades “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1046 – Missões no Exterior”, “1048 - Formação de Oficiais e Sargentos de Quadro Permanente”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade” e “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas” e por último o EGE com 12,1%, onde se destaca a execução da acção “1001 - Despesa com pessoal”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2456 – amortização da dívida pública”, “6044 – regulação do diferencial do preço de combustível”, “2307 – Complemento para Manutenção e Funcionamento das Unidades”.

### **II.1.2. Por Classificação Funcional**

Por sua vez, na análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao primeiro semestre de 2019, conforme apresentado no Quadro 14, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se as execuções ocorridas em Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 234.304 milhares de Dobras, correspondendo a 28,0% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 205.827 milhares de Dobras, o que corresponde a 37,7% da sua dotação final, na área de Saúde com nível de realização de 14,2% da dotação corrigida, ascendendo a 115.296 milhares de Dobras e finalmente Defesa Nacional com o nível de execução de 12,7% da dotação corrigida, ascendendo a 103.469 milhares de Dobras. Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número considerável das funções apresentou um nível de execução muito baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Habitação e Serviços Comunitários, Trabalho, Segurança e Assistência Social, Ambiente, Agricultura e Pesca e por último Cultura e Desporto.

## Quadro 14: Execução por Classificação Funcional

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 045 553	838 126	260 430	259 728	234 304	28,0	28,8
Defesa Nacional	149 627	107 677	103 470	103 470	103 469	96,1	12,7
Segurança Interna e Ordem Pública	43 194	36 353	45 672	45 610	12 991	35,7	1,6
Educação	555 968	545 594	214 350	214 350	205 827	37,7	25,3
Saúde	417 862	359 739	122 256	122 256	115 296	32,0	14,2
Segurança e Assistência Social	65 362	62 833	1 280	1 280	1 280	2,0	0,2
Habitação e Serviços Comunitários	49 807	49 263	804	664	664	1,3	0,1
Cultura e Desporto	104 811	105 712	7 338	7 338	6 693	6,3	0,8
Combustíveis e Energia	84 078	83 979	16 637	16 637	16 637	19,8	2,0
Agricultura e Pesca	207 187	201 265	9 312	9 312	9 286	4,6	1,1
Transportes e Comunicações	220 291	218 212	28 651	28 511	27 752	12,7	3,4
Comércio e Serviços	341	341	0	0	0	0,0	0,0
Trabalho	2 893	2 553	35	35	35	1,4	0,0
Ambiente	2 765	2 252	49	49	49	2,2	0,0
Encargos Financeiros	210 528	199 598	79 022	79 022	79 017	39,6	9,7
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>2 813 497</b>	<b>889 305</b>	<b>888 261</b>	<b>813 299</b>	<b>28,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração nos Serviços Públicos Gerais (28,8%) devido sobretudo a execução das acções como “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “1046 – Missões no Exterior”, “1053 – Capacitação do Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 – Complemento para e Funcionamentos das Unidades”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “1114 – Transferência para funcionamento do Tribunal de Contas” e “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”; na Educação (25,3%) foi principalmente pela execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “1056 – Manutenção de transporte escolar”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “3833 – Reabilitação de Infra-estruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4889 – Contributos para a Escola Profissional de Água Grande”, “4981 -PNASE - Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar”, “1054 – Meio de apoio escolar”; “3840 – Bolsa Externa (licenciaturas, mestrado e doutoramento)”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho” e “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada”; na área de Saúde (14,2%) foi principalmente pela execução apresentada ao nível das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas” e “2401 – Junta para exterior” e Defesa Nacional (12,7%) pela execução, sobretudo das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC” e “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”.

### II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Quadro 15), observa-se que, com exceção de S.Tomé e Lobata, cujos níveis de execução foram de 49,4% e 40,9% da dotação corrigida, ascendendo a 17.921 milhares de Dobras e 16.804 milhares de Dobras, as demais localizações apresentaram níveis de execução muito baixos, como em Lembá cujo montante executado ascendeu a 2.990 milhares de Dobras, correspondente a 9,3% da dotação corrigida; em Cantagalo a execução foi de 3.361 milhares de Dobras, o que corresponde a 9,6% da sua dotação final e em Mé-Zóchi o nível de execução foi de 18,8% da dotação corrigida, tendo o valor executado ascendido a 7.674 milhares de Dobras.

**Quadro 15: Execução por Localização Geográfica**  
(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
Nacional	2 799 565	2 465 283	798 208	797 164	722 202	29,3	88,8
São Tomé	34 760	36 260	17 921	17 921	17 921	49,4	2,2
Príncipe	115 363	102 347	22 633	22 633	22 633	22,1	2,8
Água Grande	50 700	48 800	16 378	16 378	16 378	33,6	2,0
Mé-Zochi	41 628	42 539	7 674	7 674	7 674	18,0	0,9
Cantagalo	35 575	34 978	3 361	3 361	3 361	9,6	0,4
Lembá	33 458	32 055	2 990	2 990	2 990	9,3	0,4
Lobata	37 768	41 098	16 804	16 804	16 804	40,9	2,1
Caué	11 451	10 138	3 337	3 337	3 337	32,9	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>2 813 497</b>	<b>889 305</b>	<b>888 261</b>	<b>813 299</b>	<b>28,9</b>	<b>100</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Quadro 15), constata-se que 97,9% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, S.Tomé, Lobata e Água Grande. A localização Nacional por si só representa 88,8% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1046 – Missões no exterior”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “1114 – Transferência para funcionamento do Tribunal de Contas”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “1053 – Capacitação do Pessoal”, “1056 – Manutenção de Transportes Escolar”, “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “1113 - Transferência Corrente para funcionamento do INE”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “3833 – Reabilitação de Infra- estruturas Escolares”, “4981 -PNASE - Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar” e “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”. Ao nível do Príncipe, a execução corresponde a 2,8% do total, onde a contribuição observada

deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP” e “2000 – Funcionamento e manutenção das unidades”. Ao nível de S.Tomé, a execução corresponde a 2,2% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução da acção “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”. Quanto a nível do Distrito de Lobata, a execução simetriza a 2,1% do total das despesas executadas, deveu-se fundamentalmente as acções “2000 – Funcionamento e manutenção das unidades”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada” e “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe”. Por último, temos Água Grande que representa 2,0% na estrutura das despesas executadas, tendo sido impulsionado pela execução das acções “2000 – Funcionamento e manutenção das unidades” e “2404 - Transferência correntes para Câmara Distrital de Água Grande”.

#### II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que se refere à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado no Quadro 16, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 54,6% da dotação corrigida, ascendendo aos 747.930 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um bom desempenho para o período em análise, com uma realização de 56,0%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 730.970 milhares de Dobras. Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 4,5% da dotação corrigida, ascendendo aos 65.370 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 4,9% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 65.370 milhares de Dobras.

**Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos**  
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabim.	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr.
<b>Financiamento Interno</b>	<b>1 735 094</b>	<b>1 370 750</b>	<b>823 936</b>	<b>822 892</b>	<b>747 930</b>	<b>54,6</b>	<b>92,0</b>
Tesouro	1 669 924	1 305 552	806 954	805 910	730 970	56,0	89,9
Consignados	45 454	45 482	15 425	15 425	15 402	33,9	1,9
HIPC	19 716	19 716	1 557	1 557	1 557	7,9	0,2
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 425 174</b>	<b>1 442 747</b>	<b>65 370</b>	<b>65 370</b>	<b>65 370</b>	<b>4,5</b>	<b>8,0</b>
Donativo	1 307 975	1 325 548	65 370	65 370	65 370	4,9	8,0
Empréstimo	117 199	117 199	0	0	0	0,0	0,0
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>2 813 497</b>	<b>889 305</b>	<b>888 261</b>	<b>813 299</b>	<b>28,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Ainda atento ao Quadro 16, observa-se que 92,0% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria com recursos do Tesouro (89,9%), destacando-se a execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2424 -

Pagamento da Dívida Pública", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2402- Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP", "1051 - Participação e Reuniões no Âmbito da CPLP e CEAC", "1053 – Capacitação do Pessoal", "1054 – Meios de Apoio ao Ensino", "1085 - Despesas com Missões de Banco Mundial e FMI", "2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades", "2313 - Transferência à Câmara de Comércio", "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "1046 - Missões no Exterior", "2404 - Transferência Corrente p/Câmara Distrital de Água Grande", "1114 Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", "6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional", "1056 - Manutenção de Transportes Escolar", "2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo", "1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE", "4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro" e "5528 -Transferência para Instituto Nacional de Estradas - INAE/MIRNA". Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos apenas 8,0% das despesas foram executadas, tendo verificado que a componente Donativo abarcou a totalidade das despesas a nível de estrutura, com destaque para a execução das acções "5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto", "5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade", 6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada", "6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho", "3833 – Reabilitação de Infra-estruturas Escolares", "3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II) ", "3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa", "5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge", "5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe", "6304 - Reabilitação de Estrada lucumi/Riboque (5às5) ", "5982 - Reparação do Muro de Proteção Costeira em S. Gabriel", "5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte", "5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso", "6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas) " e "2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo".

#### **II.1.5. Por Tipologia de Despesas**

A análise da execução das despesas por tipologia no primeiro semestre de 2019, conforme o Quadro 17, mostra que a maioria das tipologias das despesas teve execuções razoáveis face às respectivas dotações corrigidas, com destaque para as tipologias Actividades (correspondem as despesas de funcionamento), Operações Especiais (relativas a amortização da dívida pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE) e as Consignadas com, respectivamente 59,5%, 35,6% e 33,9%. De salientar, que a execução na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua consta uma execução mais modesta, atingindo 71.446 milhares de Dobras, o que

representa 4,8% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativas ao Subsídio para comemoração de 3 de Fevereiro e de Transferências para funcionamento da Agência Nacional de Petróleo nos montantes de 939 milhares de Dobras e 1.500 milhares de Dobras respectivamente. Este nível de execução é justificado pela interdição de execução de todas as despesas relativas aos investimentos em curso ao abrigo do artigo nº 26 da Lei nº 3/2007.

**Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas**  
(em milhares de Dobras)

<b>Tipologia de Despesas</b>	<b>Inicial</b>	<b>Corrigida</b>	<b>Cabim.</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>% Exec.</b>	<b>% Estr.</b>
Actividades	1 493 818	1 129 446	747 498	746 454	671 514	59,5	82,6
Especiais	154 261	154 261	54 936	54 936	54 936	35,6	6,8
Projectos	1 466 735	1 484 308	71 446	71 446	71 446	4,8	8,8
Consignadas	45 454	45 482	15 425	15 425	15 402	33,9	1,9
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>2 813 497</b>	<b>889 305</b>	<b>888 261</b>	<b>813 299</b>	<b>28,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (888.261 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de Actividades que representa por si só 82,6% do total executado.

## II.2. Alterações Orçamentais

O presente ponto vem no cumprimento dos estabelecido no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 7/2019, de 17 de Abril (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2019), que obriga o Governo a prestar trimestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas.

Por conseguinte, a Lei n.º 7/2019, de 17 de Abril, no seu artigo n.º 16 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2019. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 9.º da lei que aprova o orçamento do estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto. É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observadas ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2019, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI. Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado em 2017 e, (iii) no âmbito do programa de investimentos público, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento internos, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 346.771 milhares de Dobras, correspondente a um decréscimo de 11,0%, é justificado, por um lado, pelo Bloqueio de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas das despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 7/2019.

### II.2.1. Por Classificação Orgânica

No que se refere à análise das alterações orçamentais por classificação orgânicas, conforme apresentado no Quadro 18, verifica – se que todos os órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo que verificou - se um ligeiro aumento. Entretanto, das que tiveram diminuição destacam-se as alterações ocorridas no Tribunal Constitucional (TCO), Ministério de Defesa e Ordem Interna (MDOI), Câmara Distrital de Água Grande (CDAG) e nos Tribunais Judiciais (TJ) que resultaram em diminuições das respectivas dotações iniciais, em respectivamente 30,0%, 25,6%, 23,0% e 22,8%.

Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Bloqueio	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	90 542	0	0	0	20 315	-20 315	70 228	-22,4	2,5
TC	38 253	0	0	0	4 678	-4 678	33 575	-12,2	1,2
TCO	3 321	0	0	0	996	-996	2 325	-30,0	0,1
TJ	45 778	0	0	0	10 433	-10 433	35 345	-22,8	1,3
PR	16 867	0	0	0	3 750	-3 750	13 117	-22,2	0,5
GPM	62 358	0	0	0	7 506	-7 506	54 852	-12,0	1,9
PGR	29 696	0	0	0	6 696	-6 696	23 000	-22,5	0,8
MDOI	188 023	5	0	0	48 172	-48 167	139 855	-25,6	5,0
MNEC	154 221	0	0	0	30 648	-30 648	123 573	-19,9	4,4
MJAPDH	62 418	0	0	0	12 515	-12 515	49 903	-20,1	1,8
MTSFFP	47 502	0	0	0	4 732	-4 732	42 769	-10,0	1,5
MPFEA	166 156	5	400	0	29 233	-28 828	137 328	-17,4	4,9
MTCCI	23 254	0	900	0	3 494	-2 594	20 660	-11,2	0,7
MEES	566 626	10 462	0	0	21 184	-10 722	555 904	-1,9	19,8
MOPIRNA	368 330	0	0	0	7 230	-7 230	361 100	-2,0	12,8
MS	443 164	2 698	0	0	59 582	-56 885	386 279	-12,8	13,7
MJDE	100 487	3 414	0	0	2 681	733	101 220	0,7	3,6
MAPDR	213 001	19	0	0	7 368	-7 349	205 652	-3,5	7,3
GRP	110 175	0	0	0	12 510	-12 510	97 665	-11,4	3,5
CDAG	17 123	0	0	0	3 937	-3 937	13 186	-23,0	0,5
CDCG	8 325	1 000	0	0	1 598	-598	7 728	-7,2	0,3
CDCAUÉ	6 375	0	0	0	1 313	-1 313	5 063	-20,6	0,2
CDLMB	7 933	0	0	0	1 330	-1 330	6 603	-16,8	0,2
CDLOBTA	9 620	0	0	0	1 686	-1 686	7 934	-17,5	0,3
CDMZ	11 519	0	0	0	2 256	-2 256	9 263	-19,6	0,3
EGE	369 201	0	-1 300	0	58 530	-59 830	309 371	-16,2	11,0
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>17 601</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>364 372</b>	<b>-346 771</b>	<b>2 813 497</b>	<b>-11,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, como mencionado acima o órgão MJDE apresentou um incremento da sua dotação, em 733 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas) ”.

Relativamente a alteração de Adicional no montante de 17.601 milhares de Dobras, observa - se ocorrência, sobretudo, nos MEES em cerca de 10.462 milhares de Dobras, destinado aos projectos “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II) ”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho” e “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”; no MS o montante atingiu 2.698 milhares de Dobras, referente a inscrição do projecto “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló” e “6420 - Reabilitação de Casa de Banho da Pediatria 2”; no MJDE com cerca de 3.414 milhares de Dobras, referente sobretudo as acções 6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas) ” e a CDCG no valor de 1.000 milhares de Dobras, referente a inscrição das actividades 2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”.

Por sua vez, as alterações de Reforços e Anulações, ambas, registaram um valor nulo, apesar de terem sido registados reforços no MPFEA e MTCCI respectivamente, nos montantes de 400 milhares de Dobras e 900 milhares de Dobras de incremento.

## II.2.2. Por Classificação Funcional

Quanto às alterações orçamentais por classificação funcional, como apresentado no Quadro 19, realça-se a diminuição da dotação mais significativa nas funções como: Serviços Públicos Gerais (207.427 milhares de Dobras), Saúde (58.124 milhares de Dobras), Defesa Nacional (41.951 milhares de Dobras), Encargos Financeiros (10.930 milhares de Dobras) e Educação (10.375 milhares de Dobras), que correspondem a respectivamente menos 19,8%, 13,9%, 28,0%, 5,2% e 1,9% das respectivas dotações iniciais.

Entretanto, comportamento contrário a destacar, teve a função Cultura e Desporto que registou um aumento da sua dotação em 0,9%, que ascende a 901 milhares de Dobras, devido fundamentalmente a inscrição do projecto “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)” e “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”.

**Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional**

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Bloqueio	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços públicos gerais	1 045 553	980	0	0	208 407	-207 427	838 126	-19,8	29,8
Defesa nacional	149 627	5	0	0	41 955	-41 951	107 677	-28,0	3,8
Segurança interna e ordem pública	43 194	0	0	0	6 841	-6 841	36 353	-15,8	1,3
Educação	555 968	10 462	0	0	20 836	-10 375	545 594	-1,9	19,4
Saúde	417 862	1 722	0	0	59 846	-58 124	359 739	-13,9	12,8
Segurança e assistência social	65 362	0	0	0	2 530	-2 530	62 833	-3,9	2,2
Habituação e serviços comunitários	49 807	0	0	0	544	-544	49 263	-1,1	1,8
Cultura e desporto	104 811	3 414	0	0	2 512	901	105 712	0,9	3,8
Combustíveis e energia	84 078	0	0	0	99	-99	83 979	-0,1	3,0
Agricultura e pesca	207 187	19	0	0	5 940	-5 921	201 265	-2,9	7,2
Transportes e comunicações	220 291	0	0	0	2 079	-2 079	218 212	-0,9	7,8
Comércio e serviços	341	0	0	0	0	0	341	0,0	0,0
Trabalho	2 893	0	0	0	340	-340	2 553	-11,7	0,1
Ambiente	2 765	0	0	0	514	-514	2 252	-18,6	0,1
Encargos financeiros	210 528	1 000	0	0	11 930	-10 930	199 598	-5,2	7,1
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>17 601</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>364 372</b>	<b>-346 771</b>	<b>2 813 497</b>	<b>-11,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional, estas foram mais expressivas nas funções Educação (ascende a 10.462 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição do projecto “6071 - Ampliação de Escola Secundária Básica em Desejada”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho” e “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”, em seguida Cultura e Desporto no valor de 3.414 milhares de Dobras, justificado fundamentalmente pelo incremento dos projectos “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)” e “5627 - Construção do Centro Recreativo de Ribeira Afonso”, na função Saúde, no valor de 1.722 milhares de Dobras, pelo aumento do projecto “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló” e por último na função Encargos Financeiros, no montante de 1.000 milhares de Dobras, pelo aumento do projecto “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”.

### II.2.3. Por Localização Geográfica

De acordo com o Quadro 20, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que as mesmas traduziram num aumento de dotação inicial nas localizações Lobata em 8,8%, correspondente a 3.330 milhares de Dobras, decorrente do projecto “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Basica em Desejada”, “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló” e “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”; São Tomé em 4,3%, correspondente a mais 1.500 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, e em Mé – Zóchi o aumento da dotação corrigida foi de 2,2% (corresponde a mais 911 milhares de Dobras) decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa” e “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade”.

**Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica**  
(em milhares de Dobras)

<b>Localização Geográfica</b>	<b>Inicial</b>	<b>Adicional</b>	<b>Reforço</b>	<b>Anulação</b>	<b>Bloqueio</b>	<b>Alteração</b>	<b>Corrigida</b>	<b>% Var.</b>	<b>% Estr.</b>
Nacional	2 799 565	4 817	0	0	339 099	-334 282	2 465 283	-11,9	87,6
São Tomé	34 760	1 500	0	0	0	1 500	36 260	4,3	1,3
Príncipe	115 363	0	0	0	13 016	-13 016	102 347	-11,3	3,6
Água Grande	50 700	2 037	0	0	3 937	-1 900	48 800	-3,7	1,7
Mé-Zóchi	41 628	3 166	0	0	2 256	911	42 539	2,2	1,5
Cantagalo	35 575	1 000	0	0	1 598	-598	34 978	-1,7	1,2
Lembá	33 458	0	0	0	1 403	-1 403	32 055	-4,2	1,1
Lobata	37 768	5 080	0	0	1 750	3 330	41 098	8,8	1,5
Caué	11 451				1 313	-1 313	10 138	-11,5	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>17 601</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>364 372</b>	<b>-346 771</b>	<b>2 813 497</b>	<b>-11,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

As restantes localizações registaram diminuição, com maior destaque para Nacional, Caué e Príncipe, em respectivamente 11,9%, 11,5% e 11,3%. A redução ocorrida em Nacional é justificada exclusivamente pela redução da dotação das Actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)” e “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”; em Caué pela diminuição da dotação da Actividade “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué” e no Príncipe pela redução da dotação das Actividades “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP” e “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”.

### II.2.4. Por Fonte de Recursos

No que concerne à análise das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através do Quadro 21, observa-se que as mesmas resultaram no incremento de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 1,2%, como consequência do aumento da componente Donativos em 1,3%, uma vez que as financiadas com créditos mantiveram inalteradas. Já as financiadas com recursos internos conheceram uma diminuição

de 21,0%, face ao inicialmente aprovado, sendo na sua maioria as financiadas com Tesouro, que viu sua dotação reduzir em 364.372 milhares de Dobras, correspondente a menos 21,8%. Quanto as despesas financiadas com recursos HIPC, as mesmas mantiveram inalteráveis.

#### Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Bloqueio	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
<b>Financiamento Interno</b>	<b>1 735 094</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>364 372</b>	<b>-364 344</b>	<b>1 370 750</b>	<b>-21,0</b>	<b>48,7</b>
Tesouro	1 669 924	0	0	0	364 372	-364 372	1 305 552	-21,8	46,4
Consignados	45 454	28	0	0	0	28	45 482	0,1	1,6
HIPC	19 716	0	0	0	0	0	19 716	0,0	0,7
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 425 174</b>	<b>17 573</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17 573</b>	<b>1 442 747</b>	<b>1,2</b>	<b>51,3</b>
Donativo	1 307 975	17 573	0	0	0	17 573	1 325 548	1,3	47,1
Empréstimo	117 199	0	0	0	0	0	117 199	0,0	4,2
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>17 601</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>364 372</b>	<b>-346 771</b>	<b>2 813 497</b>	<b>-11,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento Interno estão relacionadas, sobretudo com as operações de Bloqueio, na componente Recursos Ordinários do Tesouro já que ao nível dos reforços e anulação as mesmas compensaram entre si. Ao nível do primeiro destaca-se a redução da dotação das actividades “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades” e “3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”. No que concerne a fonte de Financiamento externo, o aumento verificado em Donativos está relacionado com a dotação adicional realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)”, “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa” e “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”.

#### II.2.5. Por Tipologia de Despesas

O Quadro 22 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas. Nele, observa-se que as mesmas ocorreram nas Actividades, Projectos e as Consignadas, resultando na diminuição da dotação inicial das Actividades (referem-se às despesas de funcionamento) em 24,4%, cerca de menos 364.372 milhares de Dobras, enquanto os Projectos e as Consignadas tiveram um ligeiro aumento da dotação de 1,2% e 0,4% do inicialmente aprovado para o período em análise, ou seja, mais 17.573 milhares de Dobras e 28 milhares de Dobras. Relativamente as Operações Especiais, que dizem respeito as despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública) não registaram quaisquer alterações de dotação.

**Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas**

(em milhares de Dobras)

Tipologia de despesas	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Bloqueio	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	1 493 818	0	0	0	364 372	-364 372	1 129 446	-24,4	40,1
Especiais	154 261	0	0	0	0	0	154 261	0,0	5,5
Projectos	1 466 735	17 573	0	0	0	17 573	1 484 308	1,2	52,8
Consignadas	45 454	28	0	0	0	28	45 482	0,1	1,6
<b>Total Geral</b>	<b>3 160 268</b>	<b>17 601</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>364 372</b>	<b>-346 771</b>	<b>2 813 497</b>	<b>-11,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MFCEA

As diminuições da dotação das actividades estão relacionadas fundamentalmente a diminuição de dotação das Actividades “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades” e “3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento). Relativamente aos projectos o aumento do valor dotado deve-se fundamentalmente a inscrição e aumento de dotação dos seguintes projectos “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)”, “6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “6488 - Obras de Reabilitação de Centro de Saúde de Micoló”, “6467 - Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho”, “5772 - Construção de Escola Sec/Básica Trindade” e “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”. No que concerne a tipologia Consignadas, o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na inscrição e aumento de dotação da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. Relativamente as alterações de *Reforço* e *Anulação*, não foram registados ocorrência em nenhuma tipologia, resultando num valor nulo.